

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS**  
**CONTRATO REF.ª N.º 20\_ GPENAPOR\_2022**

**ENTRE**

**ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos**

**E**

**CONSULMAR – Projectistas e Consultores, LDA**

CONTRATO REF.ª N.º 20\_GPENAPOR\_2022

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONSULTORIA**

Entre;

**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.**, com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portadora do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

*Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”*

e

**CONSULMAR – PROJECTISTAS E CONSULTORES, Lda.**, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 19, 2º Esqº, 1050-012 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o N.º 500073996, Detentora do Capital Social de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), NIF: 500073996, representada pelos seus Gerentes: **Carlos Maria de Sousa Ferreira Abecasis**, titular do Cartão de Cidadão nº 05339976 5 zy2 válido até 11/03/2030 e **Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa**, titular do Cartão de Cidadão nº 07234343 5 ZX1, válido até 27/07/2028, ambos com residência profissional na Av. António Augusto de Aguiar, nº 19 – 2º Esq.º – 1050-012 LISBOA na qualidade de Gerentes respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

*Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”*



**Considerando que:**

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o procedimento por Ajuste Direto (Nr.º 01\_GPEnapor\_2022), nos termos das alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 39.º do CCP, para formação do contrato do Contrato de Prestação de Serviços;
- b) A minuta do contrato de prestação de serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1.ª**  
**(Objeto)**

- 1. O contrato tem por objeto a prestação de serviços com vista à elaboração do **Projeto da reformulação dos Emissários de águas pluviais Norte e Sul da Praia da Laginha, na Ilha de São Vicente** de acordo com o que se segue:

**Fase 1) Nota Técnica** - Estudo preliminar (incluindo reunião de acompanhamento 1, intermédia, para discussão prévia dos esquemas de soluções a desenvolver para o Emissário Norte):

- a) Análise crítica da documentação técnica recebida (estudos, projetos, levantamentos), face aos dados de base ali indicados (condições locais, princípios e parâmetros de dimensionamento) e outras referências disponíveis;
- b) Correção das cotas do levantamento de base, de 2017 (só possível, caso se disponha de ficheiro de coordenadas 3D), e das cotas de soleira do projeto existente (2017);
- c) Revisão e completagem dos parâmetros de implantação e dimensionamento dos emissários, em termos de hidráulica marítima (incluindo a não flutuabilidade);
- d) Comparação das soluções objeto dos estudos e projetos realizados com as efetivamente construídas. Avaliação das diferenças e suas potenciais consequências;
- e) Análise das anomalias verificadas e sua relação com as soluções construídas;

- f) Definição, arranjo geral em planta e perfis tipo de 2 esquemas de soluções para o Emissário Norte e de um esquema de solução para o Emissário Sul, incluindo estimativas preliminares de quantidades e custos;
- g) Análise comparativa e recomendação de soluções;
- h) Reunião de acompanhamento 2 (discussão e seleção das soluções a desenvolver em projeto, para cada Emissário).

✦ **Fase 2.1) Projeto de reformulação do Emissário Sul.**

✦ **Fase 2.2) Projeto de Reformulação do Emissário Norte.**

Os Relatórios dos Projetos dos emissários podem ser separados ou englobados num só, e incluem os seguintes documentos:

- Memória Descritiva e Justificativa;
  - Cálculos de dimensionamento;
  - Peças Desenhadas;
  - Mapas de Medições detalhadas e Mapas de resumo de Quantidades de Trabalho;
  - Especificações Técnicas.
2. O contrato é composto pelo presente clausulado e pelos demais documentos, nomeadamente, convite, os esclarecimentos prestados e as propostas técnica e financeira.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**(Prazo)**

1. O contrato vigorará pelo prazo de 03 (três) meses, parcialmente distribuídos como se segue:
  - Fase 1 (Nota Técnica do Estudo Preliminar) – 30 (trinta) dias
  - Fase 2.1 (Projeto do Emissário Sul) – 25 (vinte e cinco) dias
  - Fase 2.2 (Projeto do Emissário Norte) – 35 (trinta e cinco) dias
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.



3. Estão excluídos da contagem dos prazos referidos acima os tempos associados à análise pela Primeira Outorgante, na fase de apreciação intermediária e apresentação de subsídios de melhoria.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Preço e Condições de pagamento)**

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o montante global de **17.400,00 euros (dezassete mil e quatrocentos euros)**, desdobrados de acordo com o que se segue:
  - **Com a adjudicação será efetuado o adiantamento de 4 100,00 euros** (quatro mil e cem euros);
  - **Com a entrega da Nota Técnica (Fase 1)** no valor **4 100,00 euros** (quatro mil e cem euros);
  - **Com a entrega do Projeto do Emissário Sul (Fase 2.1)** no montante de **4 600,00 euros** (quatro mil e seiscentos euros);
  - **Com a entrega do Projeto do Emissário Norte (Fase 2.2)** no valor de **4 600,00 euros** (quatro mil e seiscentos euros)
2. O montante global acima indicado não inclui deslocações a Cabo Verde.
3. Os pagamentos acima referenciados serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da receção da fatura, por meio de transferência bancária, para a conta da Segunda Outorgante junto do Banco Santander, em Lisboa, com o IBAN PT50 0018 000001932159002 05.
4. Existirá mora no pagamento sempre que o prazo estabelecido no número anterior seja ultrapassado, sem que a parte devedora demonstre que os valores faturados foram já irreversivelmente colocados à disposição da instituição bancária da parte credora;
5. Em caso de mora no pagamento, a Segunda Outorgante terá direito e sem demoras, para a parte dos pagamentos considerados, a juro de mora à taxa legal, não podendo no entanto, o total destes juros ultrapassar 30% (trinta por cento) do preço contratual.
6. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga a Segunda Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.

**Cláusula 4ª**  
**(Coordenação e Representantes)**

1. A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante designam, individualmente, um ou mais representante(s) ao(s) qual(is) são conferidas as funções e competências necessárias para a correcta e plena coordenação na execução dos serviços objeto do presente contrato.
2. No cumprimento das respectivas atribuições e responsabilidades cada representante designado deverá manter estreita ligação e colaboração, trocando informações e prestando todo o apoio que se revelar necessário para a plena prossecução do objeto do presente contrato, cumprindo cada um as respectivas atribuições com o máximo das suas competências, diligências e experiências profissionais

**Cláusula 5.ª**  
**(Dever de boa execução)**

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Primeira Outorgante e constantes dos documentos referidos no n.º 2 da Cláusula 1 do mesmo.

**Clausula 6ª**  
**(Relatório Final de Execução Dos Serviços e Apresentação dos dados)**

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados ao abrigo do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a entregar um relatório final de desenvolvimento dos serviços em suporte digital, PDF e AUTOCAD com os dados e outras informações pertinentes relacionadas com o objeto deste contrato.



3. A Segunda Outorgante obriga-se a efetuar uma apresentação final do projeto. Tal apresentação deverá ocorrer no máximo 07 (sete) dias após o envio do Relatório Final.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)**

1. Todo o "know-how" relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente instrumento, nomeadamente o resultante do **Projeto da reformulação dos Emissários de águas pluviais Norte e Sul da Praia da Laginha, na Ilha de São Vicente**, previsto Cláusula 1.<sup>a</sup>, elaboradas pela Segunda Outorgante serão, no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-las e utilizá-las para quaisquer fins.
2. A Segunda Outorgante indemnizará a Primeira Outorgante por todos os prejuízos, danos ou custos emergentes de ações ou procedimentos por violação de direitos de propriedade intelectual relativamente aos documentos, desenhos, peças escritas ou desenhadas, ideias ou técnicas protegidos por direitos de propriedade intelectual, mesmo que tal violação não fique a dever-se a negligência ou dolo da Segunda Outorgante.
3. A Segunda Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ela decorram do presente contrato.
4. A Segunda Outorgante cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual e industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente informações de natureza técnica, ambiental ou de segurança.
5. Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade referidos no número anterior, a Segunda Outorgante será a única responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita contra a Primeira Outorgante, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)**

1. Durante a vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Previdência Social.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, a Segunda Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da situação de regularidade, sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações principais da Segunda Outorgante)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, ou nos demais documentos contratuais, da sua celebração, decorrem para a Segunda Outorgante, as seguintes obrigações:
  - a) Prestar os serviços contratados de forma e modo ajustados, de acordo com as normas e especificações técnicas aplicáveis, dando plena e total garantia dos mesmos;
  - b) Executar os serviços contratados utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade;
  - c) Assumir total responsabilidade pelos atos e/ou omissões praticados por seus colaboradores, bem como pelos danos de qualquer natureza que os mesmos venham a sofrer ou causar à Primeira Outorgante e seus clientes ou terceiros em geral, em decorrência da prestação dos serviços objeto do presente contrato;
  - d) Cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, relativas aos serviços aqui contratados;
  - e) Proceder à retificação de qualquer documento do processo, sem custo adicional, desde que esta seja decorrente de informações ou documentos de responsabilidade da Segunda Outorgante;
  - f) Responsabilizar-se por qualquer espécie de indemnização pleiteada por seus colaboradores, principalmente no tocante a reclamações laborais e acidentes do trabalho;
  - g) Executar a prestação dos serviços objeto do presente contrato em conformidade com os dados fornecidos pela Primeira Outorgante;



- h) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
  - i) Comunicar de imediato à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
  - j) Informar de imediato à Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
  - k) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação dos serviços, quando solicitado.
  - l) Cumprir com o prazo acordado para conclusão dos serviços, conforme estipulado no número 1 da cláusula 2.<sup>a</sup> do presente contrato;
2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem da prestação dos serviços objeto deste contrato, serão remetidos, em primeira mão, à Primeira Outorgante, devendo em caso algum serem utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização da mesma.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações da Primeira Outorgante)**

A Primeira Outorgante obriga-se a :

- a) Efetuar os pagamentos na forma e modo acordados;
- b) Comunicar a Segunda Outorgante sobre as reclamações feitas contra os seus colaboradores, bem como com relação a danos por eles causados;
- c) Fornecer à Segunda Outorgante toda a documentação solicitada para executar os serviços de maneira criteriosa;
- d) Assumir responsabilidade pelo pagamento de todas as taxas administrativas e/ou fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços;
- e) Facultar o acesso da Segunda Outorgante às instalações da Primeira Outorgante sempre que tal se afigure necessário à adequada execução do presente contrato;
- f) A Fornecer à Segunda Outorgante, e dentro de um período razoável, todas as informações que a mesma solicitar para a adequada execução do contrato;

- g) Assegurar que os seus técnicos estejam disponíveis para prestar informações necessárias e tempestivas solicitadas pela Segunda Outorgante para a adequada execução do contrato;
- h) Facilitar os contactos com outras instituições para a recolha de informações necessárias.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**(Penalidades)**

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, aplicam-se, nas seguintes situações, as seguintes penalidades:
  - 1.1. Multa diária de 1% (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 15 (quinze) dias.
  - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2% (dois por cento) valor do contrato, sem contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço do preço contratual.
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respectivo valor será apurado e faturado em cada prestação.
3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data da receção das respectivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar à Segunda Outorgante, ao abrigo do contrato a celebrar.
4. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
5. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).



**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**(Força maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**  
**(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)**

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
  - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
  - (c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas relativamente à execução das prestações contratuais;
  - (d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;
  - (e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na legislação aplicável;
  - (f) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**  
**(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)**

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**  
**(Resolução pela Segunda Outorgante)**

1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
  - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
  - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
2. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração pela Segunda Outorgante, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)**

1. Em caso de resolução do presente contrato pela Segunda Outorgante por facto imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento dos montantes correspondentes às fases já entregues ou em elaboração e uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento) dos montantes fixados;
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**(Dever de sigilo)**

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Os serviços prestados pela Segunda Outorgante constantes da Cláusula 1.<sup>a</sup>, serão realizados sem exclusividade, tendo em vista os seus membros desempenharem atividades para terceiros em geral, desde que não haja conflitos de interesses com o pactuado no presente contrato, ficando

estabelecido o regime de confidencialidade e sigilo sobre toda documentação apresentada pela parte da Primeira Outorgante.

**Cláusula 18ª**  
**(Disposições Gerais)**

1. Os serviços prestados pelo pessoal afeto à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato, não implicam qualquer vinculação laboral com a Primeira Outorgante, sendo de exclusiva responsabilidade da Segunda Outorgante, quaisquer relações legais com o pessoal necessário à execução dos serviços, possuindo este contrato um cunho independente e devendo a Segunda Outorgante manter em ordem as obrigações previdenciárias decorrentes da vinculação, assumindo responsabilidade integral e exclusiva quanto aos salários e demais encargos laborais e previdenciários de seus colaboradores, principalmente com relação a possíveis reclamações laborais, não existindo solidariedade entre as Outorgantes;
2. As alterações de quaisquer cláusulas, serviços e valores que venham a ser discutidos e aprovados pelas partes, deverão necessariamente ser objeto de uma adenda por escrito, sob pena de não terem validade.

**Cláusula 19ª**  
**(Resolução de Litígios)**

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro Tribunal.

**Cláusula 20.ª**  
**(Lei aplicável)**

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil e o Código da Contratação Pública.



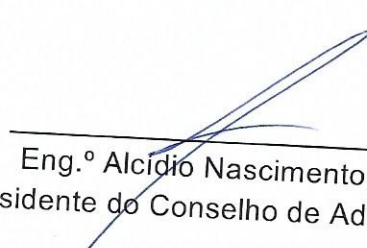
As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 15 (quinze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrante o **Anexo** identificado e, que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 12 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.


A Primeira Outorgante  
**ENAPOR, SA**



Eng.º Alcídio Nascimento Lopes  
Presidente do Conselho de Administração



**Enapor**  
Portos de Cabo Verde



Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho  
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante

**CONSULMAR – PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA**



Eng.º Carlos Maria Abecasis  
Gerente



**CONSULMAR**  
PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA.  
A GERÊNCIA



Eng.º Artur Gomes da Costa  
Gerente